

DISCURSO – PARCERIAS TSE E ENTIDADES RELIGIOSAS EM PROL DA PAUTA “PAZ E TOLERÂNCIA NAS ELEIÇÕES DE 2022”

Brasília, 6 de junho de 2022.

Bem-vindos os corações despojados de conflito. Bem-vindas as mentes sintonizadas com o diálogo e com o respeito mútuo, com a paz e com a tolerância. Na simbólica tenda fraterna dessa cerimônia se abrigam corações e mentes que sabem o que é deserto, e por isso mesmo fazem de seu modo de ser e de estar uma prática fértil que se traduz em serviço fraterno e que converte em irmandade o ódio e a violência no mundo.

Eis-nos aqui, a vibrar na mesma sintonia de serenidade. É o tempo de agora que nos convoca movido pela ética da reciprocidade.

Saúdo a todas e todos os presentes pela pronta disposição em colaborar, de maneira irmanada, com uma causa fundamental e urgente, relacionada com a preservação do clima de serenidade e da natureza não-conflituosa das eleições que se aproximam, a fim de que o rito da cidadania se possa cumprir e acatar.

Aqui se dá um passo em direção não apenas ao que dispõem as leis e a Constituição da República, mas, adicionalmente, aos valores inerentes à nossa cultura democrática e à fibra moral que cerze a colcha de nossa tradição compreensiva, sensata e cordial.

É cediço que a Justiça Eleitoral, na condição de instituição responsável pelo processamento pacífico das diferenças políticas, defronta, presentemente, dificuldades inusuais, como decorrência da crescente intolerância, do progressivo esgarçamento de laços e, sobretudo, do evidente processo de degradação de valores decorrente da expansão irrefreada do fenômeno da desinformação.

Dentro dessa ambiência, atenta ao papel primordial cumprido pela religião na difusão de preceitos éticos e altos valores entre as pessoas, esta Casa de Justiça houve por bem reunir, nesta ocasião,

em torno da causa democrática, representantes notáveis das mais diversas crenças, doutrinas, práticas e profissões de fé, visando à divulgação dos ideais de respeito, solidariedade e harmonia social, como forma de debelar a perspectiva de conflitos, durante e após a revelação da vontade popular, no contexto das eleições de 2022.

Rememoro, nesse sentido, que o veio histórico da tolerância robustece, precisamente, em função – e por causa – do lugar ocupado pelas religiões, em especial como condição de possibilidade para o desenvolvimento e para a manifestação das crenças individuais em uma atmosfera de convivência fraterna, de liberdade de consciência, de entendimento e de paz.

Enfatizo, mais, que as religiões, como instrumentos promotores da reflexão e da espiritualidade – e, portanto, do elemento vocacionado ao aperfeiçoamento do cerne pessoal –, constituem um fenômeno essencial para que aprendamos a lidar, eticamente, com as questões essenciais da vida.

Daí o acerto de James Beckford, ao descrever a religião como uma “qualidade potencializadora da experiência humana”¹.

Posto o que precede, permito-me observar que democracia, ordem jurídica e religião partilham, para além do caráter necessário e vital, o fato de que pressupõem, em conexão com a busca incessante por justiça, a consolidação de um estado firme e indeclinável de aceitação e respeito.

Tolerar implica reconhecer, em todos os sentidos, o valor inerente das outras pessoas. Implica, portanto, como argumenta Ferrater Mora, uma “atitude de compreensão frente a opiniões contrárias”², a fim de que as relações interindividuais se tornem possíveis, em um sentido positivo, de colaboração social.

Com outras palavras, a tolerância remete ao exercício de reconhecimento da dignidade alheia, invocando, nesse diapasão, a

¹ BECKFORD, James A. “Religião”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.659.

² FERRATER MORA, José. “Tolerancia”. In: *Diccionario de Filosofia*. 2. ed. Buenos Aires: Montecasino, 1999, p. 803.

ideia de que as pessoas são naturalmente equivalentes, iguais em dignidade, e que por isso não se podem anular.

Jaime Pinsky bem sinaliza que “a violência é um subproduto da intolerância”³. A tolerância, em sentido oposto, é remédio certo contra o conflito: assegura que nossas ideias sejam respeitadas, por efeito do respeito que estendemos ao pensamento dissonante dos outros.

O importante, nesse cálculo essencial, é ter em mente a vasta extensão das agendas que nos unem, em comparação com a miudeza e a efemeridade do fio que nos separa. Queremos, todas e todos, uma vida plena, próspera, rica em respeito mútuo, harmonia, plena de trocas francas, colaborativas e cordiais. Queremos, todas e todos, rumar com o voto livre e consciente a barca do futuro, hoje e amanhã.

Dentro desse panorama, defender a natureza pacífica das eleições é defender o direito à opinião – e assegurar que a classe política não se furte ao julgamento das pessoas comuns. Defender a democracia é negar a cólera, fugir das armadilhas retóricas, fiar-se no valor da verdade, na fundamentalidade das instituições públicas e, especialmente, na sacralidade do viver em comunhão.

Para valer-me de uma expressão de HABERMAS, é a ponte entre *fé e saber* que une e reveste o *senso comum democraticamente esclarecido* na era da tolerância.

Hoje, com o auxílio formoso das luzes desses homens e mulheres de brio, damos início a uma importantíssima reflexão coletiva, convictos de que promoção da paz e da tolerância manterá a democracia em seu prumo, para que prossigamos como irmãs e irmãos, pesem as discordâncias políticas, sob os signos da brandura e da temperança.

Muito obrigado.

³ PINSKY, Jaime. “Por um mundo mais tolerante”. Prefácio da obra de DROIT, Roger-Pol. *Tolerância*. São Paulo: Editorial Contexto, 2017, p. 10.